



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA  
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Parecer 66/2025

Câmara Municipal  
de Vereadores de Chuvisca

Protocolo nº 278

Data: 02/09/2025

Horário: 08:15

Beatriz  
Responsável

Autor do Projeto: Poder Executivo

Relator: Vereador Paulo Israel Longaray Martins

Matéria: Projeto de Lei nº. 038/2025.

**ASSUNTO:** Exame da legalidade e da adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei n.º 038/2025:

"Concede reajuste anual no valor do auxílio-alimentação devido aos servidores públicos municipais e altera disposições da Lei Municipal nº 1.318, de 23 de setembro de 2021, para estender os benefícios aos secretários municipais".

#### 1. RELATÓRIO:

O Projeto de Lei n.º 038/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, foi protocolado nesta Casa Legislativa em 08/08/2025, protocolado sob o n. 252, e lido em Sessão Ordinária no dia 11/08/2025.

A proposição visa reajustar o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores públicos municipais, passando de R\$ 600,00 para R\$ 650,00, a partir de 1º de janeiro de 2025, representando aumento de 8,33% (4,83% de revisão anual, conforme IPCA acumulado de 2024, e 3,50% de aumento real).

O projeto mantém a natureza indenizatória do auxílio, de modo que não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos e não sofre incidência de contribuição previdenciária ou imposto de renda. Também prevê que o benefício será concedido proporcionalmente aos dias trabalhados, ressalvadas as hipóteses de falta justificada, licença por acidente de serviço, casamento e luto.

A proposta altera a Lei Municipal nº 1.318/2021 para estender o benefício a Secretários Municipais, Conselheiros Tutelares, ocupantes de cargos em comissão, funções gratificadas, servidores regidos pela CLT e contratados temporariamente, excluindo Prefeito, Vice-Prefeito, servidores inativos, pensionistas e estagiários.

Ressalta-se que foi protocolada (sob o n. 266) **Emenda Supressiva**, de autoria do Vereador Cleber Galski, cujo objetivo é retirar os Secretários Municipais da lista de beneficiários



prevista no art. 3º do Projeto de Lei. Sua apresentação encontra amparo no art. 139, § 1º, I (quanto à espécie supressiva) e § 2º, II, do Regimento Interno, por ter sido proposta por vereador individual enquanto a matéria se encontrava em tramitação nas comissões, respeitando as formalidades legais e a pertinência temática com o texto original.

O projeto e a respectiva Emenda foram encaminhadas primeiramente à Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final (CCJ), que emitiu parecer favorável quanto à legalidade e constitucionalidade. Após, foi remetido a esta Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo para exame da adequação orçamentária e financeira, nos termos regimentais.

É o breve relato.

## 2. PARECER:

O reajuste e a ampliação do alcance do auxílio-alimentação configuram **aumento de despesa** e, por sua permanência ao longo dos exercícios, **despesa obrigatória de caráter continuado**. Aplica-se, portanto, o art. 16 da LRF, que determina:

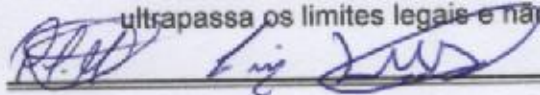
*"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de:*

*I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento possui adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias."*

No mesmo sentido, o art. 17 dispõe que a despesa obrigatória de caráter continuado deve vir acompanhada da demonstração de sua sustentabilidade no tempo, inclusive com a indicação de medidas de compensação quando necessárias, nos termos do § 2º, ou da comprovação de que o gasto se mantém compatível com as metas e limites fiscais estabelecidos nas leis de planejamento.

Para fins da LRF, o gasto com auxílio-alimentação integra a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo (art. 18), ainda que o benefício detenha natureza indenizatória no campo previdenciário e tributário. Assim, sua concessão e/ou ampliação deve observar os limites de despesa com pessoal previstos no art. 19 e, especificamente para o Poder Executivo Municipal, o limite estabelecido no art. 20, inciso III, alínea "b", ambos da LRF, além das restrições do art. 22 quando atingido o limite prudencial. À vista dos elementos apresentados, a medida não ultrapassa os limites legais e não aciona vedações adicionais do art. 22.





À vista do conjunto documental e das análises empreendidas, esta Comissão conclui que o Projeto de Lei nº 038/2025 **atende às exigências dos arts. 16 e 17 da LRF**, mantém-se compatível com o PPA, a LDO e a LOA, e se enquadra nos limites de despesa com pessoal previstos na LRF e no art. 169 da Constituição Federal, não se identificando óbices de ordem orçamentária ou financeira à sua aprovação.

No tocante à Emenda Supressiva, que propõe a exclusão dos Secretários Municipais do rol de beneficiários do auxílio-alimentação previsto em análise, cumpre destacar que a alteração não acarreta criação nem aumento de despesa, mas, ao contrário, representa supressão de gasto. Dessa forma, não há necessidade de nova estimativa de impacto orçamentário-financeiro, permanecendo íntegra a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim, a Comissão conclui que a emenda não compromete o equilíbrio fiscal do Município, encontrando-se apta à regular tramitação.

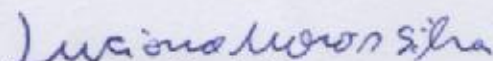
### 3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Comissão conclui que o Projeto de Lei n.º 038/2025 apresenta fundamento jurídico e orçamentário adequado, sendo a despesa nele compatível com os instrumentos de planejamento e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. No que se refere à Emenda Supressiva, verifica-se que a mesma não compromete o equilíbrio fiscal do Município.

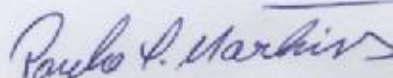
Assim, o relator emite **PARECER FAVORÁVEL** à matéria e a respectiva Emenda, recomendando sua tramitação regular em plenário para deliberação.

É o Parecer.

Chuívisca (RS), 01 de setembro de 2025.



Luciano Morais Silva  
Presidente



Paulo Israel Longaray Martins  
Relator



Luiz Carlos Westphal Dummer  
Secretário